

Jogos Olímpicos no Brasil e o governo federal brasileiro: dilemas entre o ter ou o ser.

Marcelo Moraes e Silva y Jean-François Loudcher.

Resumo:

O presente ensaio procura refletir sobre os motivos que levaram o esporte não ter se consolidado como um direito social de todo cidadão brasileiro. Para alcançar tal intento foi realizada uma análise sócio histórica, evidenciando como o esporte foi se inserindo na esfera estatal do país deste a década de 1940 até a vitória da extrema direita na eleição presidencial de 2018. Mesmo com as práticas esportivas se tornando um direito social previsto na constituição de 1988 os sucessivos governos não as tornaram um elemento cultural acessível a população brasileira. A título de conclusão indica-se que a organização dos Jogos Olímpicos foi uma oportunidade perdida pelo governo federal brasileiro em concretizar o ideário previsto na constituição de 1988, visto que o país optou somente em sediar as competições e não buscou se transformar realmente numa nação esportiva, onde a sua prática estivesse acessível a maioria de sua população.

Palavras Chaves: Brasil; Megaeventos Esportivos; Políticas Públicas de Esporte; Constituição Federal; Direitos Sociais.

Universidade Federal do Paraná. Curitiba, Brasil.
Email: marcelomoraes@ufpr.br

Université de Bordeaux/Francia.
Email: jean-francois.loudcher@u-bordeaux.fr

Olympic Games in Brazil and the Brazilian federal government: dilemmas between having or being.

Abstract

This essay seeks to reflect on the reasons that led sport not to consolidate itself as a social right for every Brazilian citizen. To achieve this goal, a socio-historical analysis was carried out, showing how the sport was inserted in the state sphere of the country from the 1940s until the victory of the extreme right in the presidential election of 2018. Even with sports becoming a social right provided for in the 1988 constitution, successive governments did not make them a cultural element accessible to the Brazilian population. In conclusion, it is pointed out that the organization of the Olympic Games was a missed opportunity for Brazil to realize the ideals foreseen in the 1988 constitution, since the country only opted to host the competitions and did not really seek to become a sports nation, where its practice was accessible to most of its population.

Keywords: Brazil; Sports Mega Events; Sports Policies; Federal Constitution; Social right.

Considerações Iniciais

Melo e Peres (2016), Peres, Melo e Knijnik (2016) e Amaro (2017), indicam que a primeira participação de uma delegação brasileira em Jogos Olímpicos ocorreu, em 1920, na Antuérpia/Bélgica. Foram enviados 21 atletas nas modalidades de tiro, natação, salto ornamental, remo e polo aquático. O Brasil conquistou nas competições de tiro três medalhas, sendo uma de ouro, uma de prata e outra de bronze. Melo e Peres (2016) e ao analisarem essa participação brasileira, indicam que além das dificuldades de organização e deslocamento, eram poucos os conhecimentos que os brasileiros tinham em relação à filosofia e estruturação do movimento olímpico. Melo e Peres (2016), Peres, Melo e Knijnik (2016) e Amaro (2017), indagam que nesse momento histórico apesar do esporte já ter certa popularidade no Brasil o cenário das práticas esportivas ainda era restrito a grupos sociais bem específicos.

Amaro (2017), argumenta que após a participação na Antuérpia o Brasil se envolveu de uma maneira mais pontual com o movimento olímpico. Tanto que na tentativa de se aproximar ao movimento olímpico internacional o país organizou, em 1922, na cidade do Rio de Janeiro, os Jogos Olímpicos Latino-Americanos (Torres, 2008; 2012; Guedes, 2011; Santos, 2011; Melo; Peres, 2012; Vicari; Silva; Mazo, 2014; Cancelli, 2016; Amaro, 2017). Rubio (2010) salienta que essa inserção dentro do movimento olímpico foi se intensificando, tanto que no ano de 1927 o país a cidade do Rio de Janeiro como candidata para sediar os Jogos Olímpicos de 1936. Contudo, houve uma desistência por parte da cidade que acabou por não oficializar em 1930 o seu intento de sediar o evento que aconteceria em Berlim. Rúbio (2010) e Robinson et. al.

(2017) lembram que uma nova postulação aconteceria somente em 1992, quando a cidade de Brasília, lançou sua candidatura para os Jogos de 2000. Todavia, Rubio (2010), lembra que a capital brasileira retirou sua solicitação antes da reunião que escolheu Sydney como a sede das competições.

No ano de 1996 o Rio de Janeiro manifestou o intento de sediar a edição de 2004 (Rúbio, 2010; Robinson et. al. 2017). Vale ressaltar que nesse momento o presidente do Comitê Olímpico Brasileiro (COB) já era Carlos Arthur NuzmanQWWW. Rubio (2010), ao analisar a candidatura, lembra que o projeto era marcado por falta de profissionalismo, apresentava muitas falhas e ainda por cima não tinha tido o apoio do governo brasileiro. Por tais motivos a postulação não obteve êxito e a cidade grega de Atenas foi escolhida como sede.

Já para os Jogos de 2012, a candidatura foi iniciada em 2003 e obteve o apoio do poder público desde o início do processo. O governo federal sob o comando do então presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) deu todo o tipo de apoio ao projeto de sediar os Jogos Olímpicos (Rúbio, 2010). A candidatura apesar de não ter tido êxito forneceu bases para uma proposta mais robusta, possibilitando que o Rio de Janeiro em 2009 ganhasse o direito de sediar o evento de 2016 (Lira, 2010; Rúbio, 2010). Cabe destacar que o governo brasileiro nesse momento contava com amplo apoio popular devido ao grande momento pelo qual a nação passava no plano econômico. Por este motivo o presidente Lula abraçou pessoalmente a intenção de sediar a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016 como projetos estratégicos para as relações internacionais do país (Lira, 2010; Rúbio, 2010; Almeida; Marchi Júnior 2014; Almeida; Marchi Júnior; Pike, 2014).

Contudo, diversos autores indicam que mesmo com uma série de ações, programas e projetos em torno da organização do Rio 2016 o esporte não se tornou uma dimensão da cultura que se tornou mais acessível à maioria da população brasileira, continuando desorganizado e restrito a determinados grupos sociais (Figuerôa; Mezzadri; Moraes e Silva, 2014; Mezzadri; et. el. 2015; Toledo; Grix; Bêga, 2015; Godoy, et. al. 2015; Gaffney, 2015; 2016; Almeida, 2016; Almeida et. al. 2016; Castro et. al. 2016; Graeff; Bretherton; Piggim, 2016; Lopéz, 2016; Altuve 2016a; 2016b; 2016c; Moraes e Silva, et. al. 2016; Robinson, et. al. 2017; Silva; Katcipis; Mazo, 2018; Carneiro; Athayde; Mascarenhas, 2019; Castellani Filho, 2019; Taffarel; Santos Júnior, 2019).

Ao seguir a sequência dos estudos citados o presente ensaio busca refletir sobre os motivos que levaram os Jogos Olímpicos de 2016 a terem sido uma oportunidade perdida para que o esporte se tornasse um direito social de todos os brasileiros conforme preconiza a Constituição Federal de 1988. Para alcançar tal intento realizou-se uma análise sobre a regulamentação do esporte no Brasil ocorrida na década de 1940 até as ações dos governos que chegaram ao poder no país nas duas últimas décadas.

De acordo com Mendes (2012), a escrita ensaística busca criar interpretações livres e originais. Essa forma significa “experiência”, “tentativa”, designando um espécime literário de contorno indefinível. Nesse sentido foram consultados diversos autores que debruçaram seus

¹ Carlos Arthur Nuzman é um ex-atleta, advogado e dirigente esportivo brasileiro. Foi jogador de vôlei, tendo inclusive participado dos Jogos Olímpicos de Tóquio 1964. Em 1975 foi eleito presidente da Confederação Brasileira de Vôlei (CBV), cargo que ficou até 1995. Marchi Júnior (2004) salienta que foi na gestão de Nuzman que o voleibol se tornou uma modalidade altamente popular, devido ao processo as medalhas olímpicas conquistadas pela seleção masculina nos Jogos Olímpicos de 1984 e 1992. Em 1995 foi eleito presidente do COB, comandando a candidatura do Rio de Janeiro para ser sede dos Jogos Pan-americanos de 2007 e das Olimpíadas de 2016. Em 2017, após ser acusado por corrupção em virtude da organização dos Jogos 2016 foi preso preventivamente fato que o levou a renúncia do cargo de presidente do COB.

esforços em estudos sobre a temática. Utilizou-se de uma ampla referência bibliográfica para angariar elementos relevantes para a construção da narrativa da reflexão ensaística aqui pretendida.

A regulamentação do esporte no Brasil: do governo Getúlio Vargas à institucionalização do esporte

Foi somente a partir do primeiro governo de Getúlio Vargas, no período denominado de “Estado Novo”², que o esporte passou a ser uma preocupação do estado brasileiro. Segundo apontam Parada (2009), Drummond (2013; 2014), Mezzadri et. al. (2015) e Moraes e Silva et. al. (2015; 2016), tais questões se materializam no decreto de 1941, primeira legislação a pensar uma base organizacional para o esporte no Brasil. Tal ordenamento buscou sistematizar a incipiente esfera esportiva brasileira, tentando unificá-la e, assim, diminuir os conflitos existentes entre os diversos clubes, ligas, federações, sobre o controle do esporte.

O processo de regulamentação do estado brasileiro, em geral, e do esporte em particular, passava pela forma como o governo Getúlio Vargas comandava o país. Conforme apontam Fausto (1981; 2001) e Bresser-Pereira (2016), a transferência do modelo liberal de administração, constituído até o final da década de 1920, para o modelo centralizador do “Estado Novo” interferiu diretamente na vida cotidiana dos indivíduos. Neste período histórico o Brasil não tinha uma identidade nacional e nem um projeto de país. Por estes motivos o governo Vargas assumiu a missão de “inventar” a nação brasileira.

O governo naquele momento estava realizando um amplo processo de reforma que passava pela área da saúde, transitou no investimento na industrialização do país e na elaboração das primeiras leis trabalhistas, assim como focou na expansão da educação básica. A regulamentação estatal, segundo indicam Tota (1987), Fausto (1981; 2001), Parada (2009) e Bresser-Pereira (2016), auxiliou na construção da identidade nacional, pois o intento do governo getulista era a de consolidar uma base nacionalista.

Destaca-se nesse período, segundo aponta Parada (2009), que multiplicaram-se as intervenções sobre o corpo do brasileiro, tendo como pano de fundo duas ideias predominantes: a preocupação com a educação física e a associação entre esporte e civismo. Contudo, Mezzadri et. al. (2015) e Moraes e Silva et. al. (2015; 2016) indicam que essa intervenção sobre o esporte não foi marcada pela formulação de políticas públicas que alçassem suas práticas a uma condição de direito social e sim por um processo de intervenção jurídica e legislativa em relação à política administrativa, estabelecendo com isso uma relação de dependência tutelar em relação ao estado.

Com o fim do “Estado Novo”, em 1945, o Brasil começou a vivenciar a sua primeira experiência democrática. Ianni (1975) e Weffort (1978) apontam que o período foi denominado de “Democracia Populista”³. Esse momento inaugurou o processo de incorporação das classes populares na esfera política, porém o populismo associado as estruturas herdadas do Estado Novo acabaram por deixar a participação popular bastante limitada. Weffort (1978) salienta que o populismo brasileiro foi um modo bastante específico de controle da população na esfera

² O período do Estado Novo é o nome do regime político instaurado por Getúlio Vargas em 1937, que durou até 1945, que foi caracterizado pelo autoritarismo, centralização do poder e nacionalismo. O Estado Novo fez parte do primeiro governo Vargas, período histórico compreendido entre 1930-1945. Trata-se da temporalidade que o mesmo foi o chefe supremo do Estado brasileiro. (Tota, 1987; Fausto, 1981; 2001; Parada, 2009; Bresser-Pereira, 2016).

governamental, entretanto, o autor lembra que essa estratégia política também foi uma forma do povo expressar suas insatisfações e questionar as classes dirigentes. Esse duplo sentido evidencia o caráter ambíguo que permeou os estados populistas da América Latina. Afinal, conforme apontam De la Torre (2013) e Galeano (2014), em nome da população, muitos líderes políticos latino-americanos acabaram enfraquecendo a democracia na região.

Nesse sentido, compreende-se, assim como indicam Mezzadri et. al. (2015), Moraes e Silva et. al. (2015; 2016), os motivos que levaram a não terem ocorrido alterações significativas na esfera esportiva brasileira no período entre 1945-1964, visto que o governo brasileiro continuou sendo a figura central no controle do esporte. Os autores lembram que nesse período o esporte ainda era visto pela estrutura estatal, criada no Estado Novo, apenas como um meio de troca política, deixando-o muito longe de se consolidar como um direito social.

A situação foi um pouco alterada no período denominado de “Ditadura Militar” (1964-1985). Segundo Skidmore (1988), Fico (1997; 2004), Cordeiro (2009) e Bresser-Pereira (2016), este contexto foi marcado por um crescimento econômico, momento no qual se instaurou no Brasil um pensamento ufanista de “Brasil Potência”, que acabou, conforme indica Magalhães (2014), se evidenciando na esfera esportiva na conquista do tricampeonato da Copa do Mundo de Futebol, em 1970, no México.

Mezzadri et. al. (2015), Moraes e Silva et. al. (2015; 2016), Canan, Starepravo e Souza (2017) argumentam que na esfera esportiva esse período se diferenciou dos anteriores principalmente pela emergência de diversas ações estatais, que vieram acompanhados de uma legislação altamente regulamentadora, onde os interesses clientelistas, criados no Estado Novo e mantidos no período populista, em vez de serem retirados pela tecnocracia militar foram aprimorados e aperfeiçoados.

Um projeto de grande destaque realizado nesse momento foi o “Diagnóstico da Educação Física e Desportos no Brasil” (DaCosta, 1971). Pela primeira foi realizado um estudo mais amplo sobre a realidade esportiva brasileira. A pesquisa chegou a conclusões que foram fundamentais para o desenvolvimento do esporte no país, principalmente no apontamento das graves deficiências estruturais. Por este motivo, conforme apontou Tubino (1996), a sugestão geral do Diagnóstico foi a de mudança da legislação vigente desde o período do Estado Novo, que foi considerada o principal obstáculo para a modernização do esporte no Brasil.

Mezzadri et. al. (2015), Moraes e Silva et. al. (2016) e Dias (2017) destacam que foi no período da “Ditadura Militar” que ocorreu o início do processo de preocupação do governo brasileiro com outras dimensões que iam para além do esporte de elite, surgindo às primeiras ações no esporte educacional e de participação. Porém, essa diversificação não retirou o predomínio do esporte de rendimento. Moraes e Silva et. al. (2016) e Canan, Souza e Starepravo (2017) indagam que foi o discurso sobre o esporte de participação que inseriu no país um projeto de valorização do esporte como direito social, visto que na década de 1970 estava sendo implementado no Brasil o projeto de Esporte Para Todos.

Bracht (1997), Torri e Vaz (2006) e Corrêa et. al. (2014a), Moraes e Silva et. al. (2016), lem-

³ O período conhecido como “Democracia Populista”, se iniciou com o fim do Estado Novo em 1945, quando Getúlio Vargas renuncia a presidência e terminou em 1964, com a tomada de poder pelas forças militares, iniciando o que se convencionou chamar por “Ditadura Militar” (1964-1985). Os outros presidentes do período foram Eurico Gaspar Dutra (1946-1951); novamente Getúlio Vargas (1951-1954); Café Filho (1954-1955); Juscelino Kubitschek (1956-1961); Jânio Quadros (1961); João Goulart (1961-1964). O chamado populismo latino-americano, em voga no continente naquele momento, se apoiava na imagem carismática de determinado político, e em seus atos populares que na visão da população promovem uma vida melhor (Ianni, 1975; Weffort, 1978; De la Torre, 2013; Galeano, 2014).

bram que foi em pleno período autoritário que surgiram as primeiras críticas ao processo de massificação esportiva, iniciando uma contestação ao modelo piramidal que via as manifestações de participação e educacional como base para a dimensão de rendimento. Este discurso acabou por iniciar, segundo apontam Bracht (1997), Torri e Vaz (2006) e Corrêa et. al. (2014a) no Brasil uma discussão social baseada numa Teoria Crítica do Esporte. Mezzadri et. al. (2015) e Moraes e Silva et. al. (2016), ao sintetizarem esse período apontam que o regime militar apesar de ter fortalecido o esporte de elite iniciou um investimento público nas outras manifestações esportivas. Contudo, o ponto que mais afetou a estrutura foi o início da mudança, no que se refere à administração, pois o governo passou, conforme apontam Moraes e Silva et. al. (2015) e Canan, Starepravo e Souza (2017) a dar um pouco mais de autonomia as entidades esportivas e a valorizar a participação da iniciativa privada. Elementos que ficariam ainda mais evidentes no processo de redemocratização do país.

Conforme apontam Tubino (1996), Mezzadri et. al. (2015), Moraes e Silva et. al. (2015; 2016) a tutela estatal ao esporte perdurou até 1985, quando o governo militar foi substituído, iniciando-se um período denominado de “Nova República”. Sendo assim, Tubino (1996) e Canan, Starepravo e Souza (2017) salientam que entre 1985 e a promulgação da Constituição de 1988 a Comissão de Reformulação do Esporte, instituída em 1985, teve um papel de protagonista. Tubino (1996), indica que o referido comitê realizou indicações que levaram a agregação do esporte na Constituição de 1998, que apontou o seguinte em seu artigo 217: “É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais, como um direito de cada um” (Brasil, 1988, s.p). O autor lembra que foi a partir das discussões realizadas na Comissão de Reformulação do Esporte que emergiram os conceitos relativos ao esporte educacional, rendimento e de participação presentes no texto constitucional e nas demais legislações brasileiras relativas ao esporte. Outra questão fundamental realizada pela comissão foi a de abrir espaço para a entrada de novos agentes na esfera esportiva brasileira que inclusive conseguiram colocar no texto constitucional que no inciso 2 do artigo 217 que a prioridade dos investimentos públicos deveria ocorrer em sua dimensão educacional.

A inclusão destes novos protagonistas se deu de inúmeras formas. O esporte de rendimento, que era até então controlado pela estrutura estatal, passou a ter a presença da iniciativa privada e de segmentos ligados ao mercado (Ouriques, 1999; Moraes e Silva et. al. 2015; 2016; Canan; Starepravo; Souza, 2017). Moraes e Silva et. al. (2016) indicam que outra forma de ingresso ao universo esportivo se deu pela esfera acadêmica, que influenciada por uma Teoria Crítica do Esporte passou a questionar o caráter alienante e autoritário do esporte de rendimento. Nascia uma polarização no cenário esportivo brasileiro. De um lado um grupo que defendia a vertente de rendimento atrelado aos interesses econômicos e no outro polo os intelectuais que defendiam a efetivação do esporte como direito social.

Se por um lado houve uma privatização do esporte, principalmente por sua dimensão de elite, por outro ocorreu à incorporação da noção do esporte como direito social com a inserção das dimensões educacional e de participação na legislação brasileira (Tubino, 1996; Santos, 2014; Mezzadri, et. al. 2015; Moraes e Silva, et. al. 2015; 2016; Canan; Starepravo; Souza, 2017). Contudo, com o fracasso econômico do governo do presidente José Sarney (1985-1990)

⁴ Maciel (2012), Sallum Júnior (2015) e Bresser-Pereira (2016) salienta que a sociedade brasileira viveu neste período o desafio de construir um país democrático. A sistematização da democracia brasileira trouxe como marco os ideais de autonomia, defesa dos interesses e princípios de justiça social que foram corporificados no texto constitucional promulgado em 1988.

a eleição presidencial de 1989, a primeira no novo período democrático, foi vencida por um candidato com plataforma liberal. Fernando Collor de Mello (1990-1992) iniciou-se no país, conforme aponta Maciel (2012), Salum Júnior (2015) e Bresser-Pereira (2016) as reformas neoliberais que apregoavam combater a burocracia estatal, realizar o equilíbrio fiscal e a estabilização econômica e, sobretudo, fomentar a abertura comercial aos capitais estrangeiros e efetivar as privatizações das empresas estatais.

Ouriques (1999), Moraes e Silva et. al. (2015; 2016) e Ordonhes et. al. (2019), indicam que ao assumir a presidência Collor nomeia o ex-jogador de futebol Zico como secretário de esporte e na sequência o ex-atleta de voleibol, Bernard Rajzman. Fruto desse contexto surgiu a primeira norma geral do esporte pós-constituição, a denominada “Lei Zico”, promulgada em 1993. Em termos conceituais o dispositivo legal referendou as três dimensões esportivas, porém o esporte de rendimento foi a que obteve mais detalhamento no novo marco regulatório, descumprindo em parte o que apregoava o texto constitucional de 1988 que priorizava o esporte educacional. Este ordenamento seguiu a lógica neoliberal, visto que reduziu a interferência do estado na organização das entidades esportivas (Ouriques, 1999; Moraes e Silva et. al. 2015; 2016).

Contudo, cabe lembrar que nesse momento o Brasil passava por uma grande crise institucional. Sallum Júnior (2015) e Bresser-Pereira (2016) lembram que o presidente Collor foi alvo de processo de impeachment, sendo obrigado a renunciar em 1992, assumindo o cargo o seu vice Itamar Franco (1992-1994), que conduziu a nação até a eleição de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), em 1994. Este ao assumir a presidência em 1995 acabou por intensificar as reformas neoliberais iniciadas por Collor.

Para comandar o esporte Fernando Henrique Cardoso nomeou o ex-jogador de futebol Pelé (Ouriques, 1999; Moraes e Silva, et. al. 2015; 2016; Ordonhes et. al. 2019). As ações para o esporte realizada nesse governo foram bastante genéricas em suas intenções, indo da dimensão de rendimento até as esferas educacionais e de participação. Contudo, as mudanças novamente ficaram mais no plano da legislação. Ouriques (1999) e Moraes e Silva et. al. (2015; 2016), sinalizam que uma nova legislação denominada de “Lei Pelé” foi formulada, revogando a “Lei Zico”. Os autores indicam que o texto legal apresentava somente pequenas modificações em relação à anterior. Ambas marcavam a inserção do esporte a lógica neoliberal regida pelos interesses do mercado. Afinal, as entidades esportivas, capitaneadas principalmente por agentes oriundos do futebol profissional, tinham a clara intenção de retirada da tutela estatal em relação ao esporte.

Nesse sentido, é possível afirmar que na esfera esportiva os primeiros quatro governos da “Nova República” foram marcados apenas por mudanças no marco regulatório. O foco continuou sendo o esporte de rendimento, atendendo principalmente os interesses do futebol profissional (Mezzadri et. al. 2015; Moraes e Silva, et. al. 2015; 2016). Todavia, observou-se no governo de Fernando Henrique Cardoso o início de alguns programas que buscaram atender o que prescrevia o texto constitucional, ou seja, houve uma tímida tentativa de consolidar o esporte como direito social, visto que foram sistematizadas ações voltadas ao esporte educacional e de participação, como os programas “Esporte na Escola” e “Esporte Solidário” (Starepravo; Marchi Júnior, 2013; Santos; Andrade; Santos, 2014; Mascarenhas, 2016; Moraes e Silva, et. al. 2016).

Toda essa retrospectiva histórica indica que o esporte não teve representatividade e por não possuir uma identificação específica na estrutura governamental suas políticas públicas não conseguiram se consolidar no Brasil. Contudo, a configuração da esfera esportiva brasileira

começou a mudar após a eleição presidencial de 2002.

O projeto lulista: o esporte entre o direito social e os megaeventos esportivos

Bresser-Pereira (2016) aponta que em 2002, o Brasil elegeu presidente Luiz Inácio Lula da Silva, um líder oriundo das forças políticas populares de esquerda e que nos quatro primeiros governos da “Nova República” se colocou no campo da oposição. Avritzer (2016) salienta que o governo de Lula buscou colocar em outro patamar o processo de construção de políticas públicas para o atendimento dos direitos sociais presentes na Constituição de 1988. Com isso valores da ordem estatal foram fortemente questionados e novos compromissos estatais emergiram na agenda política brasileira.

A primeira atitude do governo Lula em relação à esfera esportiva foi a de criar um ministério que cuidasse especificamente do esporte. Sendo assim, em 2003, instituiu-se o Ministério do Esporte, surgindo com isso um espaço técnico, burocrático e político específico para tratar das práticas esportivas. A estruturação do ministério evidenciava a intencionalidade do governo em colocar o esporte na agenda política do país, haja vista que a criação da estrutura administrativa se deu por meio das três manifestações esportivas presentes na legislação brasileira (Silva; Borges; Nazareno, 2015; Starepravo; Mezzadri; Marchi Júnior, 2015; Mezzadri et. al. 2015; Moraes e Silva, et. al. 2015; 2016; Mascarenhas, 2016; Moraes e Silva; Mezzadri; Cavichioli, 2018; Ordonhes et. al. 2019).

O governo Lula, a partir de 2003, conforme aponta Avritzer (2016) buscou adotar políticas redistributivas como estratégia para ampliar a participação popular na formulação de políticas públicas de todas as áreas. A criação de programas e projetos destinados a ofertar o esporte de forma ampliada, para o maior número de indivíduos, em diversos níveis e com finalidades distintas, apesar de ter sido iniciada no governo Fernando Henrique Cardoso, foi alavancada de forma contundente pelo projeto lulista.

Para ajudar na implementação do esporte como direito social foram promovidas, conforme salientam Godoy et. al. (2015), Souza (2015), Moraes e Silva et. al. (2016), Moraes e Silva, Mezzadri e Cavichioli (2018), Castellani Filho (2019) e Taffarel e Santos Júnior (2019), as Conferências Nacionais de Esporte⁶. Eventos que tiveram como objetivo formular diretrizes para a elaboração das políticas públicas de esporte. Foram realizadas três conferências. A primeira foi realizada em 2004 e focalizou a questão da inclusão social e a necessidade da elaboração de uma Política Nacional de Esporte. Segundo Godoy et. al. (2015) a conferência era uma iniciativa que visava garantir as bases legais para assegurar no campo político o compromisso de cumprir o preceito constitucional de fomentar o esporte como um direito social. Na segunda conferência, ocorrida no ano de 2007, o objetivo foi o de apresentar estratégias para consolidar a Política Nacional de Esporte e criar com isso um sistema nacional que facilitasse a execução das políticas públicas.

Godoy et. al. (2015) e Moraes e Silva, Mezzadri e Cavichioli (2018) apontam que em 2010, o ministério promoveu a terceira conferência, propondo planejar o esporte para o decênio seguinte. A temática foi o “Plano Decenal do Esporte e Lazer: 10 pontos em 10 anos para projetar o Brasil entre os 10 mais”. Os elementos discutidos nas edições anteriores tiveram uma significativa perda de importância. Os autores indicam que essa mudança foi consequência da escol-

⁶ O lulismo trata-se de um termo cunhado pelo sociólogo André Singer (2012; 2018), com intuito de designar o projeto que os grupos ligados ao presidente Lula tinham para o Brasil.

ha do país para sediar os megaeventos esportivos, principalmente os Jogos Olímpicos. Desta forma, conforme amplamente documentado por uma vasta bibliografia, houve uma reorientação das políticas públicas e as grandes competições se tornaram a prioridade quase absoluta do governo (Mascarenhas, 2012; 2016; Figuerôa; Mezzadri; Moraes e Silva, 2014; Godoy et. al. 2015; Starepravo; Mezzadri; Marchi Júnior, 2015; Moraes e Silva; Mezzadri; Cavichioli, 2018; Carneiro; Athayde; Mascarenhas, 2019; Castellani Filho, 2019; Taffarel; Santos Júnior, 2019).

Como dito anteriormente, após a escolha do país para ser sede dos megaeventos ocorreu uma drástica mudança em suas políticas públicas de esporte. Por essa razão uma reforma na estrutura ministerial foi realizada, ocorrendo uma junção das secretárias que tratavam de forma individual do esporte de participação e educacional (Mezzadri et. al. 2015; Starepravo; Mezzadri; Marchi Júnior, 2015; Moraes e Silva et. al. 2015; 2016; Mascarenhas, 2016; Moraes e Silva; Mezzadri; Cavichioli, 2018; Carneiro; Athayde; Mascarenhas, 2019; Ordonhes et. al. 2019). Figuerôa, Mezzadri e Moraes e Silva (2014), Castro et. al. (2016) e Mascarenhas (2016) lembram que apesar do governo ter mantido suas principais ações de esporte educacional (Programa Segundo Tempo) e de participação (Programa Esporte e Lazer na Cidade) os recursos destinados a cada uma das ações foram direcionados para fins relacionados aos megaeventos.

Logo após a escolha do país para sediar as grandes competições internacionais a sucessora política de Lula, Dilma Rousseff (2011-2106), vence tranquilamente as eleições de 2010. O novo governo para seguir o projeto lulista realizou grandes investimentos para a realização dos eventos. Nesse sentido, os programas destinados às outras dimensões esportivas tiveram seus aportes financeiros diminuídos consideravelmente. O programa de esporte de participação, por exemplo, teve 90% de seus recursos financeiros utilizados pelo governo na construção e modernização de infraestruturas esportivas ligadas ao Rio 2016 (Figuerôa; Mezzadri; Moraes e Silva, 2014; Castro et. al., 2016; Mascarenhas, 2016; Carneiro; Athayde; Mascarenhas, 2019).

Em compensação o programa Bolsa-Atleta, principal projeto do esporte de rendimento, teve um crescimento exponencial. Em 2004 primeiro ano de seu funcionamento forneceu 975 bolsas a atletas e em 2016, ano de realização do Rio 2016, 6152 benefícios foram concedidos. Números que evidenciam quais foram os caminhos escolhidos pelo governo brasileiro (Corrêa, et. al. 2014b; Mezzadri et. al. 2015; Moraes e Silva, 2015; 2016; Teixeira, et. al. 2017; Carneiro; Athayde; Mascarenhas, 2019).

Destaca-se que o processo de organização dos grandes eventos esportivos foram ações capitaneadas pelos governos de Lula e Dilma com o intuito de chamar a atenção mundial para um país que buscava mudar de patamar na geopolítica internacional (Lira, 2010; Rúbio, 2010; Almeida; Marchi Júnior 2014; Almeida; Marchi Júnior; Pike, 2014; Moraes e Silva et. al. 2015; López, 2016). Contudo, o projeto lulista iria sofrer duros golpes no penúltimo ano do primeiro governo Dilma.

Singer (2018) indica que ser sede dos grandes eventos esportivos foi pensado para consagrar de forma definitiva o projeto idealizado pelo presidente Lula. Porém, o sonho de consagração se transformou num grande pesadelo. Souza (2019), salienta que as inúmeras questões políticas e econômicas culminaram no impeachment de Dilma Rousseff em 2016, na prisão por corrupção do ex-presidente Lula, em 2018⁷, e na derrota nas eleições presidenciais de 2018, do ex-ministro da educação e ex-prefeito de São Paulo, Fernando Haddad, para o candidato de

⁷ Avritzer (2016) salienta que a partir de 2003 ocorreram mais 101 conferências nacionais, com mais de seis milhões de participantes.

extrema direita Jair Bolsonaro.

A crise do lulismo não pode ser analisada sem compreender o fenômeno de formação de uma “nova classe média” no Brasil. Singer (2018), indica que o ápice das ações lulistas foram ter retirado 32 milhões de pessoas da miséria e elevado outros 30 milhões para acima da linha de pobreza, ou seja, mais de 60 milhões de brasileiros melhoraram de vida. Souza (2018; 2019) argumenta, amparado em sólida pesquisa empírica, que esse processo produziu a definição de uma “nova classe média” que embora tenha sido exaltada por Lula acabou tendo grande responsabilidade no desmoronamento de seu projeto.

A ascensão social não significou que essa “nova classe média” estivesse satisfeita e alinhada com o projeto lulista. As contradições ficaram bastante latentes, em junho de 2013, quando multidões tomaram as ruas das principais cidades brasileiras. Segundo aponta Safatle (2017), as “Jornadas de Junho” apesar de terem sido iniciadas pelas mãos de jovens militantes de esquerda acabaram por abrir um espaço para que as forças conservadoras de direita fortalecessem o discurso antilulista no país. Singer (2018) salienta que os protestos sinalizavam que existia algo estranho nas entranhas da sociedade brasileira.

Diversos manifestantes foram às ruas estampando cartazes com frases contra os gastos públicos realizados com os grandes eventos esportivos. Comparavam tais investimentos com a precariedade dos serviços públicos ofertados pelo governo (Anjos; Dantas; Santana, 2013; Müller et. al. 2013. Méjia, 2016a; 2016b; 2018; 2019). Singer (2018) argumenta que no período das manifestações ocorreu a Copas das Confederações e o alto preço dos ingressos proporcionou um “branqueamento” dos estádios. Algo contraditório num país com alto contingente de negros e pardos em sua população. Esse elemento levantou entre os manifestantes um sentimento de indignação com os gastos públicos que para eles não ofertaram nenhuma contrapartida social.

Safatle (2017) sinaliza que o erro capital do lulismo foi o de não se mostrar preocupado com a insatisfação que ficou evidenciada nas “Jornadas de Junho”. Afinal o governo considerava que ascensão social tinha sido fruto das suas políticas públicas e por esse motivo não havia razão para a indignação social. Ao agir de tal maneira o governo acabou por deixar espaço para que a “nova classe média” fosse contaminada pela ilusão meritocrática oriunda da moral neoliberal⁸.

Contaminada pela moral neoliberal a “nova classe média”, conforme aponta a pesquisa empírica de Souza (2018) não aderiu ao campo popular que era o seu local de origem, optando em se aproximar dos valores típicos de uma “classe média tradicional”. O autor indica que a partir desse momento as forças conservadoras começaram a perceber a real possibilidade de derrotar o projeto lulista numa eleição presidencial. Afinal, conforme lembra Souza (2018), os jovens que tinham sido beneficiados pela universalização do ensino básico e o investimento no ensino superior propagados pelo lulismo acabaram por se sentirem frustrados, visto que a conquista de um diploma não possibilitou a obtenção de uma boa colocação no mercado de trabalho. O autor ainda lembra que o estado social que proporcionou a esses indivíduos uma maior escolarização passou a ser considerado como o elemento limitador de seu crescimento, pois contaminados pela moral neoliberal acreditavam que as conquistas de um maior nível educacional eram méritos individuais e não fruto das políticas públicas implementadas pelos

⁷ O ex-presidente Lula foi liberado por uma decisão do Supremo Tribunal Federal, sendo colocado em liberdade em 08 de novembro de 2019.

⁸ Safatle (2017) argumenta que o neoliberalismo difunde um moral na qual o estado, por meio da burocracia e dos impostos, atrapalha o desenvolvimento dos indivíduos. O autor lembra que essa moral apregoa que somente sobreviverão os indivíduos que forem inovadores, flexíveis e criativos. A moral neoliberal indica que assumir os riscos do livre-mercado torna-se a única saída para a minoridade que estados de sociais proporcionam aos seus cidadãos.

governos lulistas.

Coco (2012), Cavalcante (2015), Singer (2018) e Souza (2018) apontam que a construção da “nova classe média” se tornou a grande contradição do projeto lulista. Tais intelectuais salientam que ao inseri-los na esfera do consumo essa nova definição sociológica passou a desenvolver identificações com o lugar social que almejavam e não com aquele de onde vieram. Baseia-se nos posicionamentos levantados pelos autores para indicar que o acesso aos bens de consumo e a adaptação às lógicas de mercado sempre estiveram à frente de um projeto de nação a ser construído. Foi uma clara opção do governo e de sua população pelo verbo ter em relação ao vocábulo ser.

O Brasil depois das “Jornadas de Junho” acabou por se polarizar. Após as manifestações a presidente Dilma Rousseff não buscou enfrentar as contradições que ficaram evidenciadas nas ruas. A governante não cortou os gastos públicos como almejava a direita, pois caso fizesse isso não haveria verbas para a saúde e a educação pública “Padrão Fifa” como queriam os manifestantes de esquerda (Méjia, 2016a; 2018; 2019). Contudo, ao analisar esse contexto Telles (2016), Safatle (2017) e Almeida (2019) salientam que os grupos de direita aproveitaram da oportunidade para moldar e explorar politicamente a insatisfação evidenciada nas manifestações, absorvendo um discurso anti-institucional que criou com isso um clima de grande confronto no país.

A eleição presidencial de 2014 foi marcada por esse espírito bélico, no qual a presidente Dilma Rousseff foi reeleita com uma pequena margem de votos sobre o candidato de oposição, o senador Aécio Neves (Souza, 2016; Bastos, 2017; Alves; Lima, 2018; Borges; Vidigal, 2018; Almeida, 2019). Souza (2016), indica que após a eleição uma ambiciosa coalizão composta pelo vice-presidente Michel Temer - insatisfeito com seu papel no governo - e dos ex-candidatos a presidência José Serra e Aécio Neves, pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), ressentidos pela quarta derrota eleitoral consecutiva para os Partidos dos Trabalhadores (PT), juntamente com a consolidação da denominada “Operação Lava-Jato”⁹, construíram um caminho para retirar o lulismo do poder, criando, conforme apontam Telles (2016) e Borges e Vidigal (2018) um profundo sentimento antipetista/antilulista no país. Telles (2016), argumenta que os grupos sociais mais à direita aceleraram a questão quando passaram no ano de 2015 a organizar manifestações constantes contra a presidente. O impeachment passava a ser apenas uma questão de tempo, pois além da crise política o país começava a entrar numa grande recessão econômica.

No final de 2014, em resposta a tais questões, Dilma Rousseff traiu seu próprio eleitorado, ao dar uma quinada em direção as exigências oriundas do mercado (Souza, 2016; 2018; 2019; Bastos, 2017; Singer, 2018; Almeida, 2019). Fato que desagradou profundamente os grupos de esquerda e que não foi suficiente para conter a onda antipetista/antilulista pró-impeachment que os opositores tinham instalado no Brasil. Para tentar segurar esse processo a presidente aumenta o poder do vice-presidente Michel Temer e distribuí ministérios entre diversos partidos políticos¹⁰.

⁹ Cabe destacar o papel significativo que o poder judiciário teve no processo de enfraquecimento da esquerda no país. A operação “Lava-Jato”, iniciada em 2014, foi uma ação coordenada pelo judiciário brasileiro, apoiada pela imprensa do país, que acabou por enfraquecer a classe política, sobretudo, os políticos de esquerda ligados ao lulismo (Souza, 2016; 2018; Cesarino, 2019). Singer (2018) destaca se que a “Lava-Jato” no início tinha somente ressonância na “classe média tradicional”, mas com as ações do judiciário foi conseguido revestir de linguagem igualitária a reação aos avanços integradores do lulismo, permitindo com isso a adesão de parcelas significativas da “nova classe média”.

¹⁰ Esse aumento de poder não foi suficiente para segurar a sede de poder do vice-presidente, visto que o mesmo já estava totalmente seduzido com a ideia de se tornar o presidente do país (Souza, 2016; 2018; 2019).

Neste processo de mudança o grupo que controlava o Ministério do Esporte desde o início do primeiro governo Lula, ligado ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB) foi afastado, assumindo o lugar outro segmento político, o Partido Republicano Brasileiro (PRB), atualmente chamado somente de Republicanos, que possuía uma maior representatividade no Congresso Nacional. Entram no comando da pasta políticos ligados a “Igreja Universal do Reino de Deus” e a Rede Record de televisão de propriedade do pastor Edir Macedo, que após perceberem a queda iminente da presidente optam por deixar o governo em março de 2016 (Teixeira et. al. 2017; Zardo; Souza; Starepravo, 2018; Taffarel; Santos Júnior, 2019).

No dia 12 de maio de 2016, poucos meses antes de começar o Rio 2016, o afastamento da presidente Dilma Rousseff foi aprovado (Méjia, 2016a; 2018; 2019). Michel Temer (2016-2018) assumiu a presidência e juntamente com a maioria que constituiu no Congresso Nacional estabeleceu um projeto que não queria somente destruir as bases do lulismo e sim acabar com toda a concepção de estado idealizada pela Constituição de 1988. O desejo era, segundo aponta Singer (2018), de trazer o velho Brasil de volta, revogando o que fora construído as duras penas desde o final da década de 1970, em matéria de democratização e de instalação de um estado de Bem-Estar Social.

No que se refere às políticas públicas de esporte o governo Temer não mudou as estruturas e nem faz grandes mudanças nas ações e projetos e na estrutura ministerial. Foi indicado para o cargo de Ministro do Esporte o deputado federal Leonardo Picciani do mesmo partido do novo presidente (Zardo; Souza; Starepravo, 2018; Taffarel; Santos Júnior, 2019). Porém, o novo governo inicia um processo de diminuição das verbas para o esporte, em especial, nas ações relativas às vertentes educacional e de participação. Nesse contexto acontecem os Jogos Olímpicos de 2016 na cidade do Rio de Janeiro e ao seu fim o esporte entra numa fase bastante enigmática e de difícil previsão de seus rumos.

À guisa de uma conclusão: amplificando os retrocessos conservadores

Esse avanço conservador se tornou maior com a eleição em 2018 de um presidente de extrema direita como Jair Bolsonaro, porém esse fenômeno trata-se de um processo mais global de ascensão de movimentos de direita ocorridos em todo o mundo (Almeida, 2019; Cesarino, 2019; Solano, 2019). Safatle (2017) e Almeida (2019), indicam que a eleição de Trump nos Estados Unidos e a vitória do Brexit no Reino Unido são partes do mesmo fenômeno de crescimento do discurso conservador. Safatle (2017) salienta que a união entre o neoliberalismo e o fascismo não é de surpreender, pois o primeiro vende o medo que alimenta o segundo. Autores como Safatle (2017), Singer (2018), e Souza (2018; 2019) salientam que as manifestações de 2013 fizeram com que práticas fascistas emergissem com força na vida pública brasileira, visto que anteriormente as “Jornadas de Junho” a adesão a figuras como Jair Bolsonaro, o culto a “Ditadura Militar” e ao discurso da violência e do autoritarismo eram apenas questões residuais.

A história brasileira recente foi marcada por uma oscilação contínua entre governos oligárquicos e populistas e infelizmente o ensaio lulista seguiu a mesma lógica, pois privilegiou somente as dimensões materiais, abrindo espaço para que uma moral neoliberal entrasse nos corpos e nas almas da “nova classe média” que o próprio lulismo ajudou a produzir (Safatle, 2017; Singer, 2018; Souza, 2018). Faltou por parte dos governos do Partidos dos Trabalhadores (PT) a criação de um projeto que realmente transformasse o Brasil e o que foi visto foram ações

que se contentaram em apenas inserir a população no “maravilhoso” mundo do consumo.

Outra falha do ensaio lulista foi evitar determinados conflitos, sendo somente governos conciliatórios. Mesmo de tendência de esquerda e apregoando um discurso socialdemocrata os governos Lula e Dilma passaram por cima de diversos interesses populares e se alinharam a uma lógica neoliberal (Safatle, 2017). A organização dos grandes eventos esportivos, principalmente dos Jogos Olímpicos em 2016 são excelentes exemplos dessa conciliação. O projeto lulista intentava se mostrar forte ao restante do mundo através das competições, porém para alcançar tal objetivo se alinharam aos setores mais conservadores do esporte de rendimento e aos grandes empresários. Grupos que passaram a lucrar com a construção das estruturas para os eventos. (Zirin, 2014; Altuve, 2016a; 2018; Bittencourt, 2016; Taffarel; Santos Júnior, 2019). O esporte como direito social, que havia sido de certa forma pautado pelo Ministério do Esporte entre 2003 a 2009, foi colocado de lado em nome dos megaeventos. Nesse sentido, pode-se dizer que o Brasil sediou a maior competição esportiva do mundo, porém a organização do Rio 2016 que poderia ter ajudado a transformar o país numa nação esportiva não proporcionou uma herança de tal tipo. Nesse sentido, pode afirmar que os Jogos Olímpicos de 2016 ressoam o principal dilema do lulismo: o ter em prol do ser.

Essa opção materialista, muito influenciada pela lógica consumista reinante no país, acabou produzindo um efeito reverso (Safatle, 2017; Souza, 2019), levando a emergência de um discurso de extrema direita que acabou por eleger Jair Bolsonaro (Cesarino, 2019). Amparado num discurso conservador nos costumes e neoliberal na economia o novo presidente (Cesarino, 2019), em nome da austeridade na administração pública, acabou de imediato com vários ministérios, inclusive o do Esporte que passou a ser uma secretária do recém-criado Ministério da Cidadania que aglutinou as antigas pastas do Desenvolvimento Social e Esporte (Carneiro; Athayde; Mascarenhas, 2019; Castellani Filho, 2019; Frizzo, 2019; Ordonhes, et. al., 2019; Souza, et. al. 2019). A extinção do Ministério do Esporte indica que o atual governo considera o esporte como algo supérfluo, indicando que as práticas esportivas são uma responsabilidade individual e não do estado, descumprindo o que está posto no artigo da Constituição de 1988.

Os megaeventos esportivos, em especial o Rio 2016 foi um momento de gastos públicos, com muitos casos de corrupção e do abandono de diversas estruturas construídas (Singer 2018). Deixou como herança uma imagem da ineficiência estatal, possibilitando que a moral neoliberal adentrasse mais ainda no corpo e alma da população brasileira (Altuve, 2018; 2019). Com o Rio 2016 o Brasil perdeu a chance de se tornar um país em que o esporte fosse tratado como direito social. Pode-se afirmar que essa foi a sua maior herança...

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, B. S.; MARCHI JÚNIOR, W. (2014). “O Brasil e os megaeventos esportivos: os subsídios da política externa”. **Motrivivência**. Volumen 26, Nr.42, 13-26.

ALMEIDA, B. S.; MARCHI JÚNIOR, W.; PIKE, E. (2014). “The 2016 Olympic and Paralympic Games and Brazil’s soft power”. **Contemporary Social Science**. Volumen 9, Nro. 2, 271-283.

ALMEIDA, B. S. (2016). “Megaeventos esportivos, política e Legado: o Brasil como sede da Copa do Mundo Fifa 2014 e os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016”. **Espacio Abierto**.

Volumen 25, Nro, 2, 67-81.

ALMEIDA, B. S. et al. (2016). “Do sports mega-events boost public funding in sports programs? The case of Brazil (2004–2015)”. **International Review for the Sociology of Sport**. Volumen, 53, Nro. 6, 685-705.

ALMEIDA, R. (2019). “Bolsonaro presidente: conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira”. **Novos estudos CEBRAP**. Volumen, 38, Nro. 1, 185-213.

ALTUVE M., E. (2016a). “Papel del deporte en el regreso del neoliberalismo como proyecto político y económico en la segunda década del siglo XXI: Brasil y Argentina”. **The Journal of the Latin American Socio-cultural Studies of Sport**. Volumen 6, Nro. 1, 51-78.

ALTUVE M., E. (2016). “Estado, deporte, globalización y protesta social: ¿ Otro deporte es posible?”. **Espacio Abierto**, Volumen 25, Nro.2, 5-30.

ALTUVE M., E. (2018). “El papel del deporte en la irrupción fascista en Brasil: narrativa desde y con la campaña de Bolsonaro”. **Revista FAIA**, Volumen 7, Nro.31, p.1-50.

ALTUVE M., E. (2019). “Deporte y neoliberalismo en América Latina: los casos de Argentina y Brasil”. **Motricidades: Revista da Sociedade de Pesquisa Qualitativa em Motricidade Humana**, Volumen 3, Nro. 1, 46-56.

ALVES, V. S.; LIMA, I. A. (2018). “Um país dividido? Condicionantes do voto nas eleições presidenciais brasileiras de 2014”. **Compólitica**. Volumen 8, Nro. 1, 37-64.

AMARO, F. (2017). “Movimentos do esporte olímpico nacional na década de 1910: jornais, pessoas e fatos”. Recorde: **Revista de História do Esporte**. Volumen 10, Nro. 2, 1-28.

ANJOS, L. A.; DANTAS, M. M.; SANTANA, T. J. S. (2013). “Copa do Mundo, manifestações e a ocupação do espaço público”. **Motrivivência**. Nro. 41, 13-26.

AVRITEZER, L. (2016). **Impasses da democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

BASTOS, P. P. Z. (2017). “Ascensão e crise do governo Dilma Rousseff e o golpe de 2016: poder estrutural, contradição e ideologia”. **Revista de Economia Contemporânea**. Volumen 21, Nro.2, e172129.

BITTENCOURT, R. N. (2016). “Olimpíadas da cisão social”. **Revista Espaço Acadêmico**. Volumen 16, Nro. 183, 79-91.

BORGES, A.; VIDIGAL, R. (2018). “Do lulismo ao antipetismo? Polarização, partidarismo e voto nas eleições presidenciais brasileiras”. **Opinião Pública**. Volumen 24, Nro.1, 53-89.

- BRACHT, V. (1997). **Sociologia crítica do esporte: uma introdução**. Vitória: UFES.
- BRESSER PEREIRA, L. C. (2016). **A construção política do Brasil: sociedade, economia e Estado desde a Independência**. São Paulo: Editora 34.
- CANAN, F.; STAREPRAVO, F. A.; SOUZA, J. (2017). “Posições e tomadas de posições na constitucionalização do direito ao esporte no Brasil”. **Movimento**. Volumen 23, Nro. 3, 1105-1118.
- CANCELLA, K. (2016). “A participação das Forças Armadas brasileiras na organização dos Jogos Latino-Americanos de 1922”. **Vozes, Pretérito & Devir**. Volumen 5, Nro. 1, 46-61.
- CARNEIRO, F. H. S.; ATHAYDE, P. F. A.; MASCARENHAS, F. (2019). “Era uma vez um ministério do esporte...: seu financiamento e gasto nos governos Lula, Dilma e Temer”. **Motrivivência**. Volumen 31, Nro. 60, 01-22.
- CASTELLANI FILHO, L. (2019). “A política esportiva brasileira: de ‘política de estado’ ao ‘estado da política’”. **Motrivivência**, Volumen 31, Nro. 60, 01-18.
- CASTRO, Suélen Barboza Eiras. et. al. (2016). “Mega sporting events and public funding of sport in Brazil (2004–2011)”. **Leisure Studies**, Volumen 35, Nro. 3, 369-386.
- CAVALCANTE, S. (2015). “Classe Média e conservadorismo liberal” en CRUZ, S. V.; KAYSEL, A.; CODAS, G. (coordinadores) **O retorno da direita e o ciclo político brasileiro**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 177-195.
- CESARINO, L. (2019). “Identidade e representação no bolsonarismo”. **Revista de Antropologia**. Volumen 62, Nro. 3, 530-557.
- COCCO, G. (2012). “Nova classe média ou nova composição de classe?” **Revista Cronos**. Volumen 13, Nro.1, 66-80.
- CORDEIRO, J. M. (2009). “Anos de chumbo ou anos de ouro? A memória social sobre o governo Médici”. **Estudos Históricos**. Volumen 22, Nro. 43, 85-104.
- CORRÊA, A. J.. et al. (2014a). “O esporte brasileiro entre dilemas epistemológicos: da acusação à busca por absolvição”. **Revista Brasileira de Ciência e Movimento**. Volumen 22, Nro. 3, 118-125.
- CORRÊA, A. J. et. al. (2014b). “Financiamento do esporte olímpico de verão brasileiro: mapeamento inicial do programa “Bolsa Atleta” (2005-2011)”. **Pensar a Prática**, Volumen 17, Nro.4.
- DACOSTA, L. P. (1971). **Diagnóstico da Educação Física/Desportos no Brasil**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, Fundação Nacional de Material Escolar.
- DE LA TORRE, C. (2013) “El populismo latinoamericano, entre la democratización y el auto-

ritarismo”. **Nueva Sociedad**, Nro. 247, 120-137.

DIAS, C. “Corrida de rua no país do futebol”. **Recorde: Revista de História do Esporte**, Volumen, 10, Nro. 1, 2017, p.1-32.

DRUMOND, M. (2013). “Sport and Authoritarian Rule in the Brazilian and Portuguese Estados Novos”. **Journal of Sport History**. Volumen 40, Nro. 3, 403-411.

DRUMOND, M. (2014). “Sport and Politics in the Brazilian Estado Novo (1937-1945)”. **The International Journal of the History of Sport**. Volumen 31, Nro. 10, 1245-1254.

FAUSTO, B. (1981). **A Revolução de 1930: historiografia e história**. São Paulo: Brasiliense.

FAUSTO, B. (1981). **O pensamento nacionalista autoritário:(1920-1940)**. Rio de Janeiro: Zahar.

FICO, C. (1997). **Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

FICO, C. (2004). **Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar**. Rio de Janeiro: Record.

FIGUERÔA, K. M.; MEZZADRI, F. M.; MORAES E SILVA, M. (2014). “Rio 2016 e os Legados de Esporte de Lazer”. **Licere**. Volumen 17, Nro. 3, 99-133.

FRIZZO, G. (2019). “Crise do capitalismo, política ultraliberal e a extinção do ministério do esporte”. **Motrivivência**, Volumen 31, Nro. 60, 01-16.

GAFFNEY, C. (2015). “Me engana que eu gosto—as falsas promessas da Rio 2016”. **Jornal dos Economistas**. Volumen 313, 6-7.

GAFFNEY, C. (2016). “Megaeventos e dinâmicas sócio-espaciais no Rio de Janeiro, 1919-2016”. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**. Volumen 3, Nro. 3, 23-45.

GALEANO, E. (2014). **As veias abertas da América Latina**. Porto Alegre: L&PM.

GODOY, L. et al. (2015). “Contradicciones entre la agenda política brasileña y el sistema nacional de deporte y ocio”. **Revista Universitaria de la Educación Física y el Deporte**. Volume 8, Nro. 8, 59-67.

GRAEFF, B.; BRETHERTON, P.; PIGGIN, J. (2016). Atividade física e jogos olímpicos: reflexões a partir de Londres 2012 e Rio 2016. **Ciência e Cultura**. Volumen 68, Nro. 2, 37-43.

GUEDES, C. (2011). “‘Changing the cultural landscape’: English engineers, American missionaries, and the YMCA bring sports to Brazil—the 1870s to the 1930s”. **The International**

Journal of the History of Sport. Volumen 28, Nro. 17, 2594-2608.

IANNI, O. (1975). **Formação do estado populista.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

LIRA, T. E. (2010). “A paixão nos une? A identidade brasileira e a estratégia da candidatura do Rio de Janeiro aos Jogos Olímpicos de 2016”. **Revista de Estudos Internacionais.** Volumen 1, Nro. 1, 112-127.

LÓPEZ, J. S. M. (2016). “Mega-eventos deportivos en América Latina: implicaciones, características y tendencias.¿ Los gobiernos deben seguir apoyando económicamente su realización?”. **Espacio Abierto,** Volumen 25, Nro.2, 31-49.

MACIEL, D. (2012). **De Sarney a Collor: Reformas políticas, democratização e crise (1985-1990).** São Paulo: Funape.

MAGALHÃES, L.G. (2014). **Com a taça nas mãos: sociedade, copa do mundo e ditadura no Brasil e na Argentina.** Rio de Janeiro: Lamparina, FAPERJ.

MARCHI JÚNIOR, W. (2004). **“Sacando” o voleibol.** São Paulo: Hucitec; Ijuí: Unijuí.

MASCARENHAS, F. (2012). “Megaeventos esportivos e educação física: alerta de tsunami”. **Movimento.** Volumen 18, Nro. 1, 39-67.

MASCARENHAS, F. (2016). “O orçamento do esporte: aspectos da atuação estatal de FHC a Dilma”. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte.** Volumen 30, Nro. 4, 963-980.

MELO, V. A.; PERES, F. F. (2016). “Primeiros ventos olímpicos em terras tupiniquins”. **Revista USP.** Nro. 108, 39-48.

MENDES, C. M. M. (2012) O ensaísmo na historiografia brasileira. *Acta Scientiarum.* **Human and Social Sciences,** Volumen 34, Nro.. 1., 91-100.

MEZZADRI, F. M. et. al. (2015). “Sport Policies in Brazil”. **International Journal of Sport Policy and Politics.** Volumen 7, Nro.4, 655-666.

MORAES E SILVA, M. et. al. (2015). “A configuração do ordenamento jurídico relativo ao financiamento do governo brasileiro ao esporte de rendimento: uma análise a partir da teoria dos jogos de Norbert Elias”. **Lúdica Pedagógica.** Volumen 2, Nro. 21, 77-89.

MORAES E SILVA, M. et. al. (2016). “El panorama de las políticas públicas del deporte em Brasil”. **Revista Observatorio del Deporte,** Volumen 2, Nro. 2,163-188.

MORAES E SILVA, M.; MEZZADRI, F. M.; CAVICHIOILLI, F. R. (2018). “Políticas públicas para os jovens talentos esportivos no Brasil: desvendando a Rede Nacional de Treinamento”. **Educación Física y Ciencia.** Volumen 20, Nro.3, e055.

MÜLLER, I. D. et. al. (2013). “Manifestos sociais e Copa das Confederações na cobertura da Folha de São Paulo”. **Motrivivência**, Nro. 41, 85-100.

ORDONHES, M. T. et al. (2019). “A inserção do esporte no ministério da cidadania: análise das opiniões sobre o “fim” do ministério do esporte”. **Motrivivência**. Volumen 31, Nro. 60, 01-16.

OURIQUES, N. (1999). “O gol contra do rei: a lei Pelé e suas consequências”. **Motrivivência**, Nro. 12, 37-64.

PARADA, M. (2009). **Educando corpos e criando a nação: cerimônias cívicas e práticas disciplinares no Estado Novo**. Rio de Janeiro: Apicuri.

PERES, F. F.; MELO, V. A.; KNIJNIK, J. (2016). “Olympics, media and politics: the first Olympic ideas in Brazilian society during the late nineteenth and early twentieth centuries”. **The International Journal of the History of Sport**. Volumen 33, Nro. 12, 1380-1394.

ROBINSON, T. M. et. al. (2017). “Rio 2016 Olympic Games and the Social Impacts of Megaevents: A Qualitative Study”. **Licere**. Volumen 20, Nro. 3, 348-366.

RÚBIO, K. (2010). “Postulações brasileiras aos jogos olímpicos: considerações acerca da lenda do distanciamento entre política e movimento olímpico”. **Revista Bibliográfica de Geografia y Ciencias Sociales**. Volumen 15, Nro. 895, 1-21.

SAFATLE, V. (2017). **Só mais um esforço**. São Paulo: Três Estrelas.

SALLUM JÚNIOR, B. (2015). **O impeachment de Fernando Collor: sociologia de uma crise**. São Paulo: Editora 34.

SANTOS, E. S.; ANDRADE, J. C.; SANTOS, R. S. (2014). Programa Segundo Tempo e o papel das prefeituras na sua difusão. **Pensar a Prática**. Volumen 17, Nro.4, 1-12.

SANTOS, F. C. (2014). **O Lazer como direito social: sua inclusão na Constituição de 1988**. São Paulo: Annablume, Fapesp.

SANTOS, J. M. C. M. (2011) “Diplomacia do pé: o Brasil e as competições esportivas sul-americanas de 1919 e 1922”. **Tempo e Argumento**. Volumen 3, Nro. 2, 43-76.

SINGER, A. (2012). **Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador**. São Paulo: Companhia das Letras.

SINGER, A. (2018). **O lulismo em crise: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016)**. São Paulo: Companhia das Letras.

SILVA, C. F.; KATCIPIS, L. F. G.; MAZO, J. Z. (2018). “Jogos Olímpicos Rio 2016 e legado

Imaterial”. **Journal of Human Sport & Exercise**. Volumen 13, Nro.1, 17-25.

SILVA, D. S.; BORGES, C. N. F.; AMARAL, S. C. F. (2015). “Gestão das políticas públicas do Ministério do Esporte do Brasil”. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**. Volumen 29 Nro. 1, 65-79.

SKIDMORE, T. (1988). **Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964-1985**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

SOLANO, E. (2019). “A bolsonarização do Brasil” en ABRANCHES, S. (coordinador). **Democracia em crise? 22 ensaios sobre o Brasil hoje**. São Paulo: Companhia das Letras.

SOUSA, D. P et. al. (2019). As representações sociais sobre a extinção do ministério do esporte para os usuários do twitter: um estudo netnográfico. **Motrivivência**. Volumen 31, Nro. 60, 01-21.

SOUZA, J. (2016). **A radiografia do golpe: entenda como e por que você foi enganado**. Rio de Janeiro: LeYa.

SOUZA, J. (2018). **Classe média no espelho: sua história, seus sonhos e ilusões, sua realidade**. Rio de Janeiro: Estação Brasil.

SOUZA, J. **A elite do atraso: Da escravidão a Bolsonaro**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2019.

SOUZA, Y. V. (2015). “A representação do lazer nas Conferências Nacionais do Esporte (2003-2010)”. **Cordis**, Nro. 14, 85-101.

STAREPRAVO, F. A.; MARCHI JÚNIOR, W. M. (2013). (2013). “Aspectos técnicos, conceituais e políticos do surgimento e desenvolvimento do Programa Esporte e Lazer da cidade”. **Pensar a Prática**. Volumen 16, Nro. 3, 923-941.

STAREPRAVO, F. A.; MEZZADRI, F. M.; MARCHI JÚNIOR, W. (2015). “Criação e mudanças na estrutura do Ministério do Esporte do Brasil: tensões nas definições de espaços”. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**. Volumen 29, Nro. 2, 217-228.

TAFFAREL, C. Z.; SANTOS JÚNIOR, C. L. S. (2019). “Política nacional do esporte: as consequências do desmonte do ministério do esporte”. **Motrivivência**. Volumen 31, Nro. 60, 01-32.

TEIXEIRA, M. R. et al. (2017). “O Programa Bolsa Atleta no contexto esportivo nacional”. **Motrivivência**. Volumen 29, Nro. esp., 92-109.

TELLES, H. (2016). “A Direita Vai às Ruas: o antipetismo, a corrupção e democracia nos protesto antigoverno”. **Ponto-e-Vírgula**, Nro. 19, 97-125.

TORRES, C. R. (2008). “Spreading the Olympic Idea to Latin America: The IOC-YMCA Partnership and the 1922 Latin American Games”. **Journal of Olympic History**. Volumen16, Nro.1, 16-24.

TORRES, C. R. (2012). **Jogos Olímpicos Latino-Americanos: Rio de Janeiro 1922**. Manaus: Confederação Brasileira de Atletismo.

TORRI, D.; VAZ, A. F. (2006). “Do centro à periferia. sobre a presença da teoria crítica do esporte no Brasil”. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**. Volumen 28, Nro. 1, 185-200.

TOTA, A. P. (1987). **O Estado Novo**. São Paulo: Brasiliense.

TOLEDO, R. M.; GRIX, J.; BEGA, M. T. S. (2015). “Megaeventos esportivos e seus legados: uma análise dos efeitos institucionais da eleição do Brasil como país-sede”. **Revista de Sociologia e Política**. Volumen 23, Nro. 56, 21-44.

TUBINO, M. J. G. (1996). **O esporte no Brasil: do período colonial aos nossos dias**. São Paulo: IBRASA.

VICARI, P. R.; SILVA, C. F.; MAZO, J. Z. (2014). “Manifestações Esportivas Nas Comemorações do Centenário da Independência do Brasil (1822-1922) no Rio Grande do Sul”. **Pensar a Prática**. Volumen 17, Nro. 2, 485-502.

ZARDO, A. F.; SOUZA, J.; STAREPRAVO, F A. (2018). “Gestores do esporte e visões de política esportiva no Brasil (1937-2016): uma abordagem sociológica”. **Motrivivência**. Volumen 30, Nro. 53, 119-133.

ZIRIN, D. (2014). **O Brasil dança com o diabo – copa do mundo, olimpíadas e a luta pela democracia**. São Paulo: Lazuli.